

A crise da ciência e influência da pós-modernidade no conhecimento da administração

SUSANE ISABELLE DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à órgão de fomento:

Gostaríamos de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD).

A CRISE DA CIÊNCIA E INFLUÊNCIA DA PÓS-MODERNIDADE NO CONHECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

Uma ruptura epistemológica separa um período histórico em que não era conferido ao homem ter seu próprio saber, a partir disso, emerge a movimento da modernidade (Bosi, 1992). Diante disso, a produção do saber passa a valorizar a razão e a lógica baseado em dois princípios, objetividade e universalidade (Oliveira, Abreu & Oliveira, 2016).

Esse movimento tem seu auge com o positivismo lógico e curiosamente nesse mesmo momento seu declínio, dando origem a uma nova ruptura epistemológica, denominada de pós-modernidade (Santos, 1989). Com isso, aponta-se a pós-modernidade como crítica as ideias defendidas pela modernidade, ao passo que se defende a substituição da verdade pela interpretação, da certeza pelo relativismo e do mecanicismo pelo historicismo (Fortis, 2010).

Diante disso, essa pesquisa de início apresenta o período da modernidade, contextualizando o percurso histórico, definição, pensadores e os aspectos que contribuíram para o apogeu da dogmatização da ciência que curiosamente deriva o declínio do positivismo lógico e faz emergir o movimento de desdogmatização da ciência. A partir disso, torna-se possível compreender o período da pós-modernidade. Em seguida, apresenta-se o conceito, as vertentes e alguns autores da pós-modernidade a fim de problematizar como conhecemos as coisas. Em seguida, indica-se como esses caminhos que foram traçados nesses dois movimentos impactaram no conhecimento da Administração.

A interligação entre os meios de conhecimento que foram produzidos a partir da modernidade e pós-modernidade configuraram o conhecimento para o campo da Administração. Contudo, foi com o declínio das ideias dogmatização e surgimento das ideias de desdogmatização da ciência que passou a questionar-se o paradigma vigente que operava nas ciências administrativas. Desse modo, a pós-modernidade emerge como uma crítica que confronta o pensamento totalitário e racional da Administração derivado da modernidade.

Assim, este ensaio teórico tem como principal objetivo refletir como a pós-modernidade têm influenciado o conhecimento e a administração. Nesse contexto, busca-se apontar como o pós-modernismo pode ampliar os conhecimentos que são construídos dentro do campo da Administração compreendendo o papel da ciência nesse processo de conhecimento. Além disso, procura-se apontar consequências do movimento moderno e pós-moderno e como isso pode afetar o conhecimento da Administração.

O CONHECIMENTO NA MODERNIDADE

O termo moderno ao longo da história assumiu a consciência do novo e disseminou uma ruptura com o passado. Desse modo, desde sua origem esse novo ocasiona a ausência do passado. Foi no século XVI que a concepção de moderno é transformado em substantivo e passa a ser concebido o termo modernidade (Oliveira, Abreu & Oliveira, 2016).

A modernidade consiste em uma época de ruptura epistemológica com um período em que não era concedido ao homem o direito de pensar ou de refletir sobre suas condições de viver para si. Nesse sentido, o seu pensamento cognitivo era determinado por um paradigma, era um saber que apresentava origem dos céus. Com isso, não lhe era permitido ter seu próprio saber, os seus pensamentos e ideias acontecia por meio do divino, do absoluto e não por meio de experiências (Bosi, 1992).

Rompendo com esse paradigma, surge e se consolida, ao longo da história do ocidente, a modernidade, a qual defende o método da racionalidade instrumental e universal. A partir disso, a produção do conhecimento, ou seja, a constituição do pensamento inicia a lógica de dois princípios que passam a ser defendidos como verdades inquestionáveis, a saber: objetividade e universalidade (Oliveira, Abreu & Oliveira, 2016).

Para Butler (2002), diversos autores contribuíram para fundamentar a nova forma de como o conhecimento seria possível ao homem, entre eles: Descartes que defendia a autonomia e a racionalidade do sujeito; Newton que defendia a compreensão do universo por meio das leis regulares; Bacon que apontava contribuições da tecnologia como agente aperfeiçoador da condição humana.

Nesse contexto, a modernidade consolida na concepção popular a ideia de que o conhecimento para ser científico precisa ser fundamentado no que pode ser observado e verificado, valorizando-se os dados derivados de observação e experimentação. Assim, a ciência passa a rejeitar opiniões pessoais, especulações e preferências em detrimento de dados que foram medidos e testados empiricamente. Nesse sentido, busca-se distanciamento das práticas anteriores influenciadas por Aristóteles e interpretações religiosas, e passa a aproximar-se do conhecimento que é provado de modo objetivo e por isso é considerado um conhecimento confiável (Chalmers & Fiker, 1993).

Diante disso, o pensamento moderno é formulando a partir do período renascentista, onde a ciência passa a ser encarada como uma forma privilegiada de perceber a realidade, ao passo que propõe o progresso do conhecimento bem como o da tecnologia, ambos libertando o homem da opressão e da ignorância, à medida que promovem sua emancipação (Fortis, 2010).

Na busca de refletir sobre a filosofia da ciência e reconhecendo a relevância da lógica e da matemática para construção de teorias científicas, um grupo de intelectuais de diversas áreas do conhecimento começaram a se reunir, dando origem ao movimento conhecido como Círculo de Viena (Passmore, 1994).

Para Santos (1989), esse movimento compreende a teoria da ciência como um caminho único e legítimo da filosofia, ao passo que se justifica enquanto justificção das ciências positivas, uma vez que traz clareza para seus fundamentos ao promover lógica e empirismo. Por isso, aponta o Círculo de Viena como um movimento que utilizava a filosofia como base para reconstrução racional, que pretendia não ser apenas descritiva, mas também fixar normas.

Os empiristas lógicos que faziam parte do círculo de Viena defendiam que a proposições científicas deveriam ser verificadas ou comprovados por meio da observação e experimentação. Para tanto, apontavam para a utilização do método indutivo, ou seja, a observação deve partir de casos particulares e a partir disso derivar as constatações universas. Desse modo, defendia-se a ideia de que todos os enigmas possuíam soluções, uma vez que todo conhecimento estava acessível ao intelecto humano (Machado, 2020).

Chalmers e Fiker (1993), apresentado uma crítica, aponta o indutivista ingênuo, o qual defende que os sentidos do cientista observador precisam estarem normais e sem alterações, ao passo que registra de maneira fiel o que consegue observar sem apresentar nenhum tipo de preconceito.

Seguindo esse raciocínio, o uso imparcial dos sentidos do observador justificaria de forma direta as afirmações referentes ao estado do mundo. Destacando-se que essas afirmações se referem as proposições lógicas de observação, as quais são a base para derivar as leis e teorias científicas que irão constituir o conhecimento científico (Chalmers & Fiker, 1993).

Os empiristas lógicos apresentavam esforços para consolidar o método indutivo. Destacando-se Wittgenstein ao estabelecer o princípio da verificabilidade, sendo uma condição necessária para que a linguagem seja desenvolvida de forma significativa e intersubjetiva. Nesse aspecto, o conhecimento científico precisa de enunciados com sentido, ou seja, precisavam ser estabelecidos por meio de proposições que necessariamente fossem verdadeiras. Contudo, as repetições dos experimentos nem sempre garantiam uma conclusão verdadeira (Machado, 2020).

A partir disso, surgem várias críticas aos empiristas lógicos, inclusive de Karl Popper: o “problema da indução”. Com isso, Popper estabelece um método de demarcação, contrariando a verificabilidade e defendendo a falseabilidade de um sistema. O que implica a não exigência

de um sistema dado como válido no sentido positivo, mas que seja válido no sentido negativo, a partir de exames rigorosos de refutação pela experiência (Popper, 1974).

Esse período resultou no ápice da dogmatização da ciência, sendo representado pelo positivismo lógico, ao defender a ciência como o único caminho para o conhecimento, ao passo que se baseia apenas em observação direta e proposições básicas. Contudo, foi também nesse momento que a ciência passa por um período de desdogmatização, sendo apresentada pelo período pós-moderno (Santos, 1989).

O período pós-moderno se contrapõe ao período moderno, apontando superação para o referencial da razão na busca de uma nova compreensão, ao se relacionar com o período da modernidade de forma crítica, tensa e desconstrutiva. Nesse contexto, a pós-modernidade se coloca como uma crítica radical dos argumentos que são defendidos pela modernidade, com isso, inicia-se um momento na história da ciência onde o modelo de razão moderna é questionado de forma não moderna (Oliveira, Abreu & Oliveira, 2016).

O CONHECIMENTO NA PÓS-MODERNIDADE

O surgimento do período pós-moderno não possui uma data exata. A literatura apresenta que seu início data da década de 1930, quando Federico de Onís ao apontar sua reação para com o movimento moderno, apresentou o termo em sua Antología de la poesía española e hispano-americana. Contudo, foi apenas nas décadas de 1960 e 1970 que o período pós-moderno ganhou força entre os pensadores, artistas e departamentos universitários. E se consolida na década de 1980 quando se torna dominante na cultura popular (Grenz, 2008).

No ano de 1986 Lyotard, filósofo francês, publica um livro intitulado “A condição pós-moderna” e apresenta a pós-modernidade como um problema cultural na sociedade contemporânea. Em seu discurso, o autor apresenta críticas quanto ao modelo metafísico moderno que cria conceitos universais. Com isso, apresenta a pós-modernidade como um caminho de descrença diante de uma narrativa filosófica metafísica moderna que durante muitos anos derivou metanarrativas (Oliveira, Abreu & Oliveira, 2016).

Nesse cenário, observa-se como causas que estremeceram as bases da modernidade as duas guerras mundiais e a emergência de sistemas totalitários. Aliado ao período de ceticismo sobre a crença na razão, tecnologia e na ciência que derivaram da desilusão projetada pelas utopias iluministas (Drolet, 2004). Diante disso, apresenta-se o pós-modernismo problematizando como o conhecimento é possível ao homem, substituindo a verdade pela interpretação, a certeza pelo relativismo e o mecanicismo pelo historicismo (Fortis, 2010).

Desse modo, esse período busca reavaliar a razão da modernidade. De modo que para compreender a pós-moderno, faz-se necessário apresentar respostas para os problemas da modernidade, uma vez que se busca uma mudança tanto no fundamento quanto na origem. Nesse sentido, essa resignificação do pensamento moderno precisa acontecer baseado em um modelo não metafísico (Oliveira, Abreu & Oliveira, 2016).

Um novo cenário é apresentado, manifestando desconfiança sobre a neutralidade do conhecimento e a objetividade, dúvidas sobre as teorias universais válidas, abandono a sempação do sujeito com o objeto, oposição ao individualismo presente da sociedade da modernidade. Aliado a isso, o pós-modernismo valoriza a relevância do aspecto social da existência, além de destacar o papel das emoções e intuições na percepção da realidade (Mcgowan, 1991).

Desse modo, uma crise se instaura, denomina de crise da razão, onde os conceitos e ideias que o pensamento moderno passou a ser dissolvidos pelos próprios valores modernos. Assim, o pensamento cultural ocidental presente na esfera de valores, como a arte que contempla a indústria cultural, a ética que envolve decisões de governantes da sociedade, e a ciência que se transforma em ideologia. São essas três dimensões da racionalidade que

fundamentam a crise da razão que contempla a modernidade (Oliveira, Abreu & Oliveira, 2016).

Por outra perspectiva, Santos aponta para uma divisão da crise da razão. Para o autor, faz-se necessário dividir entre crise do conhecimento e crise da degenerescência. Sendo a primeira relacionada a insatisfação com os métodos e conceitos básicos da disciplina científica, tendo lugar na matriz disciplina de um dos ramos da ciência, contudo defende a autonomia do conhecimento científico. Por sua vez, a segunda, está relacionada a crise do paradigma, ou seja, refere-se a um nível mais profundo e atinge a todas as disciplinas, embora de forma desproporcional, defende o questionamento do conhecimento científico ser superior a outros tipos de conhecimento (Santos, 1989).

Diante das expectativas que foram criadas na modernidade e em seguida serem frustradas, conceitos foram desencadeados como uma crítica da razão moderna, destacando o relativismo e o niilismo. O relativismo emerge para contrapor o conceito de universalidade do conhecimento, assim busca fragmentá-lo. Por sua vez, o niilismo diz respeito ao declínio dos valores supremos da cultura, baseados no pensamento de Nietzsche, que visualizava a perda dos valores basilares da sociedade ocidental (Chevitarese, 2001).

O declínio da ciência surge quando o positivismo lógico atinge seu apogeu, passando a dogmatização da ciência para o período de desdogmatização da ciência, de modo que os questionamentos sobre a ciência como única forma de conhecimento válido não cessou nas discussões iniciais, mas ampliou e aprofundou os debates até os dias atuais (Santos, 1989). Destacando três momentos cruciais para que esses questionamentos fossem fortalecidos.

A primeira vertente está associada as críticas internas pertencentes ao próprio positivismo lógico. Apesar do movimento do círculo de Viena ter contribuições para o apogeu da dogmatização, esse movimento também contribuiu com a desdogmatização da ciência. Visto que dentro desse movimento surgiram críticas por parte de alguns empiristas, como a luta contra o jogo de linguagem por Wittgenstein e a modéstia de Popper de estabelecer a falsificabilidade como substituta da verificabilidade (Santos, 1989).

A segunda vertente está relacionada com a prática científica que contrariava o rigor metodológico sistemático e buscava compreender aspectos concretos da produção do conhecimento e do desenvolvimento científico. O cientista prático se distanciou de métodos tradicionais em busca de trazer avanços para sua pesquisa, para tanto, utilizou soluções improvisadas e criativas. Esse movimento foi crescendo e influenciando a ciência e a tecnologia na sociedade, podendo identificar nessa perspectiva conexões com o construtivismo de Bachelard, o convencionalismo de Kuhn e o anarquismo metodológico de Feyerabend (Santos, 1989).

A terceira vertente diz respeito a reflexões filosóficas, possui como precursor Hegel, e critica a visão dogmática e chama a atenção para contingências históricas se distanciando do fetichismo do conhecimento científico. Destacando-se a crítica a Kant com sua filosofia transcendental, uma vez que não deve ser levado em consideração apenas o produto da razão, mas também aspectos históricos e sociais. Desse modo, a validade do conhecimento não deve estar pautada apenas nos limites da ciência, mas incluir a própria experiência do homem, pelos processos históricos que acontecem da sociedade e pelas transformações sociais, visto que a ciência não é estática, mas mutável e passível de reinterpretções (Santos, 1989).

PÓS-MODERNIDADE E A INFLUÊNCIA NO CONHECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

Com base nas três vertentes apresentadas na sessão anterior, as quais foram cruciais para o processo de desdogmatização do conhecimento e assim, o surgimento da pós-modernidade, discutiremos consequências que esse novo paradigma derivou no campo da Administração. A

primeira está relacionada com crítica ao positivismo lógico no campo da Administração; a segunda está relacionada com a supremacia dos métodos quantitativos na Administração; e a terceira a crítica reflexiva de consequências da pós-modernidade na Administração.

CRÍTICA AO POSITIVISMO LÓGICO NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO NO CENÁRIO PÓS-MODERNO

As reflexões, a luz de determinado campo científico, sobre aspectos que envolvem o conhecimento científico geram mais dúvidas e perguntas que certezas e respostas. Isso pode ser observado tanto nas ciências exatas, humanas e sociais, inclusive na administração (Gonçalves et al., 2013). Com isso, o conhecimento refletido pelos paradigmas do conhecimento podem ser alternativas para direcionar essas reflexões em diversas áreas do conhecimento.

Condé (2004) inspirado nas ideias Wittgenstein (1889-1951) propôs uma alternativa para os limites do conhecimento da modernidade e pós-modernidade. Argumentando que se deve superar o dogmatismo da modernidade, visto que as construções de significados não são imutáveis e devem se adaptar as interações nos contextos sociais. Além disso, deve-se buscar evitar o relativismo da pós-modernidade, pois os discursos não podem ser praticados de forma arbitrária e sem critérios objetivos.

Com isso, ao confrontar os limites desses dois paradigmas, o autor argumenta que o conhecimento deriva de interações sociais e práticas cotidianas, o qual está fundamentados em uma abordagem mais flexível que não se submete a ao dogmatismo da verdade única e não apoia o relativismo absoluto (Gonçalves et al., 2013). Dentro desse contexto, observa-se que as práticas cotidianas organizacionais por meio de esforços epistemológicos podem romper com a perspectiva do dogmatismo e se envolver com aspectos emotivos como defendido por (Junior Paiva & Mello, 2009).

Dentro desse cenário, Santos aponta para uma reflexão sobre a prática científica que aborde além de elementos teóricos e metodológicos, os elementos existenciais, políticos e éticos. De modo a integração dos meios de conhecimento apresente uma visão mais ampla e contextualizada ao passo que considera sua complexidade e os desafios enfrentados pelo pesquisador em sua prática cotidiana. Para tanto, utiliza-se de dois filósofos que contribuem com essa reflexão apesar de possuírem visões distintas sobre a ciência, Heidegger e Dewey (Santos, 1989).

Na visão de Heidegger, com uma visão mais pessimista ao criticar a instrumentalização da ciência e alienação do homem que deriva uma compreensão simplificada da ciência e não consegue extrair a complexidade da prática científica e suas contribuições para a ciência e para sociedade. Por sua vez, Dewey, com uma visão mais otimista, aponta para o projeto de democracia criativa que promove ideias importantes por meio da imaginação e criatividade derivando uma compreensão mais crítica do conhecimento ao submeter-se ao aspecto cooperativo e comunitário da investigação (Santos, 1989).

Nesse sentido, confrontar a modernidade com a pós-modernidade precisa ser incentivado a fim que o homem contemporâneo vivencie o desafio de romper com os limites da atualidade ao buscar ser reflexivo, crítico e criativo e a partir disso perceber o que pode ser levado para a prática científica (Oliveira, Abreu & Oliveira, 2016). Inclusive na administração que possui em seu nascedouro bases positivistas (Gome & Araújo, 2005).

CRÍTICA A VALORIZAÇÃO DOS MÉTODOS QUANTITATIVOS NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO

O paradigma positivista dominante influenciou desde o início o pragmatismo das pesquisas em administração, de modo a valorizar procedimento metodológicos quantitativos em pesquisas organizacionais. Contudo, os cientistas apontam para uma nova concepção sobre

um modelo alternativo de pesquisa menos estruturante e que contemple a complexidade da organização e do sujeito organizacional (Gome & Araújo, 2005).

Esse novo olhar influenciado por críticas no período da pós-modernidade foram balizadoras para o conhecimento no campo da Administração. Partindo desse raciocínio, observa-se a crítica ao modernismo por Husserl (1959-1938), quando argumenta sobre a teoria existencialista e ao método fenomenológico em seu livro intitulado “A filosofia como ciência e rigor”. Dentro do campo de ciências sociais aplicadas, Ciribeli e Mendes (2015), apontam para contribuições no período pós-modernismo influenciando o conhecimento da administração por meio da abordagem do existencialismo e da fenomenologia.

O existencialismo aponta para indissociação entre o homem e o mundo, por isso critica os princípios rígidos defendidos pelo positivismo lógico (Giglio, 2005). Consiste em uma vertente plural que defende a transcendentalidade (Trigo, 2011). Por isso, argumenta que um indivíduo não possui apenas uma dimensão, uma vez que além de um corpo, também possui uma consciência psicológica, bem como uma razão lógica (Carvalho, 2008). E argumenta que o ser humano é único na sua essência, apesar de alguns métodos representar essa singularidade em tendências comuns (Giglio, 2005). Destacando-se que busca observar os fatos e a partir disso criar teorias.

O método fenomenológico teve seu início como objeto de estudo para consciência humana, considerando como real tudo que existe, independentemente de ser material ou imaterial (Vieira & Zouain, 2006). Esse método tem como fundamento descrever o fenômeno do jeito que ele é, à medida que não se pretende descobrir a verdade, porém interpretá-la de forma subjetiva, considerando que diferenças entre os indivíduos (Mascarenhas, 2012).

Nesse contexto, o fenomenólogo não deve buscar incrementar a realidade com transformações substanciais, mas, sim, descrever e apresar como uma experiência pura, tal como ela é. Devido o fenômeno estar presente em um contexto cultural, por meio das interpretações, é possível estabelecer discussões e questionamentos sobre os pressupostos, aliando a busca de intencionalidades e significados do sujeito diante da realidade (Junior Paiva & de Mello, 2009).

A fenomenologia e o existencialismo no âmbito da administração, derivada do pós-modernismo, pode contribuir com o conhecimento de fatores sociais e econômicos no campo do comportamento do consumidor (Ciribeli & Mendes, 2015). Além disso, a Fenomenologia de Alfred Schütz pode apresentar contribuições da dentro dos estudos organizacionais por meio de pesquisas qualitativas possibilitando o conhecimento da essência das coisas (Junior Paiva & de Mello, 2008). Apontando para os meios de conhecimento com as áreas de conhecimento.

Devido ao fato da ausência de um método próprio de pesquisa científica em administração muitas discussões são levantadas. Essa ausência implica cientistas organizacionais adotarem metodologias de outras áreas do conhecimento. Contudo, visando confrontar o paradigma dominante, o paradigma interpretativismo vem sendo empregado de forma crescente nas pesquisas no campo da administração (Gome & Araújo, 2005).

Nesse caminho, apoia-se a ousadia do pesquisador em realizar estudos que abordem uma perspectiva interpretativista em áreas específicas, por exemplo, em estudos organizacionais (Carvalho & Vergara, 2002). Visto que o interpretativíssimo buscar aproxima-se da compreensão da natureza que é substancial para o âmbito social no campo da experiência subjetiva do homem, o qual é coparticipante da sua realidade (Burrell; Morgan, 1979).

Desse modo, esse paradigma apresenta uma orientação antipositivista, uma vez amplia a visão reducionista na busca pelo aprofundamento do objeto que está sendo estudado, ao passo que adota métodos qualitativos que além de interpretar os acontecimentos, propõem-se a compreender as relações que existem entre as variáveis (Gome & Araújo, 2005).

Essa abordagem argumenta que o indivíduo não pode ser estudado matematicamente, devido as complexidades que o compõem, apontando para não linearidade diante dos estímulos

direcionados nas pesquisas (Rodrigues Filho, 2004). Por isso, o interpretativismo valoriza a adoção de diversos métodos, como, análise de conteúdo, análise de conversação, pesquisa ação, observação participante, etnografia, grounded theory, entre outros, que contemplam a subjetividade e especificidades dos sujeitos estudados (Gome & Araújo, 2005).

Corroborando com o pensamento de que as abordagens precisam ser flexíveis e contextualizadas a luz das ciências sociais, Santos (2006) critica a tendência de estudar fenômenos sociais da mesma forma que se estuda os fenômenos naturais. Assim, amparados pelas teorias explicativas e metodologias, ambas fundamentadas em objetividade e universalidade, os cientistas sociais podem reduzir a complexidade dos fenômenos sociais. Isso pode derivar na distorção da realidade devido as leis universais não serem capazes de explicar os problemas de ordem sociais enfrentados da sociedade.

Esse fato pode ser observado em pesquisas no campo da administração, uma vez que ao utilizar pesquisas quantitativas em administração, muitas vezes, passam a observar apenas as organizações propriamente ditas, e as relações entre as organizações e os meios ambientes interno e externo e suprimem a complexidade das pessoas no contexto organizacional, resultando em vieses nas pesquisas. Por isso, infere-se que os indivíduos não devem ser estudados apenas pelos modelos estruturados que desprezam a natureza dicotômica do sujeito (racionalidade x intuição (Gome & Araújo, 2005).

CRÍTICA REFLEXIVA NO CENÁRIO DA PÓS-MODERNIDADE PARA O CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO

A contemporaneidade possibilitou a elaboração de novas estruturas empresariais, bem como novas formas de gestão (Frezza, Grisci & Kessler, 2009). Diante disso, novos métodos de gestão são implementados e novos espaços socioeconômicos são criados demarcando os eventos organizacionais que sucederão (Vergara & Vieira, 2005). A partir dessas transformações, as quais afetam os indivíduos e o coletivo, derivam mudanças referente ao espaço e ao tempo (Frezza, Grisci & Kessler, 2009).

Ao analisar a pós-modernidade, Harvey, argumenta que a compressão espaço-temporal é uma das características mais relevantes na contemporaneidade (Harvey, 2004). Dentro das organizações a compreensão de espaço e tempo está fundamentado na relevância do aspecto social em que tanto o individual quanto o coletivo experimentam e dirige os atos de suas vidas (Vergara & Vieira, 2005).

Por isso, a concepção de que hoje a sociedade vive sob uma nova ordem global. No espaço, constituídos pelas subjetividades; no tempo, constituído das coexistências e padrões de referência no processo de evolução da atual sociedade (Vergara & Vieira, 2005). De modo que o espaço e o tempo passaram a ser dispersos e fragmentados submetido a espaço particularizado e um tempo fugaz, ou submetido a um espaço que se limita a uma dimensão plana de imagens e um tempo sem profundidade e que se limita ao deslocamento de imagens velozes e efêmeras (Chauí, 2003).

A forma com esse novo espaço e tempo é experienciado de forma distinta pelos indivíduos a partir de sua geração, seu gênero, posição social, cultura pertencente, inclusive pela posição alcançada dentro das organizações (Grisci, 2000). Desse modo, essa nova forma de experienciar o espaço e o tempo precisam reconhecer a pluralidade de maneiras amparadas pela subjetividade humana (Vergara & Vieira, 2005).

Não obstante, os efeitos da pós-modernidade nas organizações imperam a acumulação flexível do capital, ou seja, a produção econômica é fragmentada e dispersa, extrema rotatividade de mão-de-obra, qualificação para o trabalho se torna rapidamente ultrapassada devido as incessantes novas tecnologias, além de exclusão política, econômica e social (Harvey, 2004).

Com isso, dois caminhos contrários foram formados, de um lado a fragmentação de dispersão do espaço e do tempo; do outro, submetido pelos resultados da tecnologia da informação, a compressão do tempo (não há distância, nem fronteiras) e a compressão do tempo (tudo acontece no presente, não existe passado e nem futuro) (Harvey, 2004).

Diante disso, a compressão espaço-temporal é de forma simultânea diferenciada e diferenciadora, pois junto com as dimensões de negócios, comércio, finanças, e fluxos de informação, existe um processo localizador (Bauman, 1999). Além disso, destaca-se que, a partir do momento que qualquer espaço pode ser alcançando de qualquer lugar e de forma quase instantânea, o espaço sofre uma desvalorização, uma vez que o espaço não possui a necessidade de ser privilegiado (Bauman, 2001).

Assim, essas mudanças que afetaram o objeto de estudo da Administração, podem se tornar em novos modelos de gestão cruéis, que controlam os indivíduos de forma menos visíveis e possuem caráter manipulador. Infere-se que a maior parte dessas mudanças são resultados das novas tecnologias da informação (Vergara & Vieira, 2005). Diante disso, os cientistas da Administração precisam estar atentos a essas transformações e buscar trazer soluções, por meio de pesquisas com métodos flexíveis e plurais, para as consequências derivadas do cenário da pós-modernidade.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa apontou limitações do movimento da modernidade e como isso afetou o conhecimento. E teve como objetivo principal refletir como a pós-modernidade têm influenciado o conhecimento e a administração compreendendo o papel da ciência nesse processo de conhecimento.

O modernismo apresentou-se como um movimento que rompeu com um paradigma que impossibilitava o homem de pensar por si só. Para tanto defende a razão, a objetividade e impera no positivismo lógico. Por sua vez, o pós-modernismo criticou esse movimento ao questionar o indutivismo como único caminho válido para o conhecimento, bem como ao apresentar a subjetividade, historicismo, interações sociais e relativismo nas pesquisas.

Esse novo modelo de paradigma influenciou a ciência e a sociedade. A partir dele muitos estudiosos passaram a fazer reflexões sobre os métodos e as teorias no conhecimento. Dentro desse contexto, encontra-se as influências para o conhecimento dentro do âmbito da administração, ao passo que busca o rompimento com a visão tradicional que negava a subjetividade.

Assim, a pós-modernidade no âmbito do conhecimento e da Administração apresenta uma crítica reflexiva, especialmente porque o paradigma da pós-modernidade problematiza o paradigma da modernidade, bem como aponta uma ruptura do paradigma vigente. De modo que o confronto entre as ideias da modernidade e a pós-modernidade promoveram avanços nas pesquisas. Seja por meio relativismo, existencialismo, fenomenologia, ou por meio da perspectiva interpretativista. Contribuindo para abordagens flexíveis e contextualizadas, as quais são necessárias para ciências sociais, e para a ampliação da interdisciplinaridade na construção do conhecimento intersubjetivo.

Portanto, diante do que foi exposto, infere-se que o conhecimento se tornou possível a partir de várias perspectivas, como por meios de métodos científicos embasados no positivismo lógico, como pelos interpretativistas. Essas duas perspectivas apontam para um confronto que problematizou como o conhecimento é possível, ao passo que, passou-se a questionar os limites do conhecimento, derivando o movimento da pós-modernidade.

Diante disso, foi possível perceber que a lógica, observação, empirismo, os sentidos, interações, entre outros meios de conhecimento influenciam nas áreas do conhecimento, sejam as ciências naturais, humanas e sociais. Destacando-se que apesar de apontar o pós-modernismo

como uma alternativa para o conhecimento, especialmente em pesquisas na Administração, reconhece-se que a integração entre os meios de conhecimento pode ser um caminho seguro.

De modo que o pesquisador pode combinar a observação e interpretação, métodos qualitativos e quantitativos, os sentidos e as interações, entre outras. Essa interação pode contribuir com a reflexão sobre a relevância das percepções sensoriais na construção do conhecimento, bem como diminuir os vieses derivados de práticas objetivas.

Por outro lado, a pós-modernidade derivou mudanças estruturais nas organizações que resultaram em transformações individuais e coletivas. Destacando-se a compressão espaço-tempo que se constitui dispersa e fragmentada, o que aponta para a necessidade de reflexões sobre os desdobramentos que a Administração pode gerar para o sujeito e para sociedade. Portanto, os cientistas sociais aplicados precisam percorrer um longo caminho, tanto no amadurecimento quanto na ampliação de seu rigor metodológico e de seu amadurecimento nas pesquisas. Assim, há uma urgência no avanço de pesquisas, por meio de pesquisas com métodos flexíveis e plurais que rompam as consequências da pós-modernidade.

Referências

- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1998).
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 2000).
- Bosi, A., & Capinha, G. (1992). *Dialética da colonização* (p. 65). São Paulo: Companhia das letras.
- Burrell, G.; Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organizational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*. London: Heinemann Educational Books.
- Butler, C. (2002). *Postmodernism: A very short introduction* (Vol. 74). Oxford Paperbacks.
- Carvalho, J. L. F.; Vergara, S. C. (2022). A Fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 42, n. 3, p. 78-91.
- Carvalho, J. M. D. (2008). Estudos de filosofia clínica: uma abordagem fenomenológica. *Curitiba: Editora IBPEX*.
- Chalmers, A. F., & Fiker, R. (1993). *O que é ciência afinal?* (pp. 23-63). São Paulo: Brasiliense.
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista brasileira de educação*, 5-15.
- Chevitarese, L. (2001). As ‘Razões’ da Pós-modernidade. *Analógos. Anais da I SAF-PUC. RJ: Disponível em <http://www.saude.inf.br/artigos/posmodernidade.pdf>. Acesso, 20(08), 2011.*
- Ciribeli, J. P., & Mendes, W. D. A. (2015). Principais abordagens teórico-metodológicas sobre a teoria do comportamento: do positivismo ao pós-modernismo. *HOLOS*, 8, 230-241.

Oliveira, C. A., Abreu, W. F., & Oliveira, D. B. (2016). Conhecimento e educação na pós-modernidade. *Margens*, 7(8), 175-188.

Drolet, M. (2004). *The postmodernism reader: foundational texts*.

Fortis, M. F. D. A. (2010). Moving towards post-modernity in public policies: the situational epistemology of Carlos Matus. *RAE eletrônica*, 9.

Frezza, M., Grisci, C. L. I., & Kessler, C. K. (2009). Tempo e espaço na contemporaneidade: uma análise a partir de uma revista popular de negócios. *Revista de Administração Contemporânea*, 13, 487-503.

Giglio, E. M. (2005). *Comportamento do Consumidor 3a ed.* Cengage Learning Editores.

Gomes, F. P., & Araújo, R. M. D. (2005). Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. *Seminários em administração*, 8, 1-11.

Gonçalves, C. A., Amâncio, J. A., Gonçalves, M. A., & Muniz, R. M. (2013). Uma concepção pragmática de racionalidade para a administração. *Revista Alcance*, 20(2 (Abr-Jun)), 156-169.

Grenz, S. J. (1997). *Pós modernismo: um guia para entender a filosofia do nosso tempo*. Vida Nova.

Grisci, C. L. (2000). Trabalho, tempo e subjetividade: a reestruturação do trabalho bancário. *Porto Alegre*.

Harvey, D. (2004). *Condição pós-moderna* (A. U. Sobral & M. Stela, Trad.). São Paulo: Edições Loyola. (Obra original publicada em 1990).

Júnior Paiva, F. G. D., & Mello, S. C. B. (2008). Pesquisa Qualitativa nos Estudos Organizacionais: Contribuições Fenomenológicas de Alfred Schütz Qualitative Research in Organizational Studies: Phenomenological. *Organizações em contexto*, Ano 4, n. 8, dezembro.

Machado, A. (2020). Do Indutivismo Neopositivista ao Racionalismo Crítico Popperiano: Uma Discussão sobre os Critérios de Demarcação na Epistemologia Científica. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, 8(1), 325-339.

Mascarenhas, S. A. (2012). *Metodologia científica*. 1. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil.

McGowan, J. (1991). *Postmodernism and its Critics*. Cornell University Press.

Passmore, John. (1994). *A Hundred Years of Philosophy*. Londres: Penguin Books.

Popper, K. R. (1974). Scientific reduction and the essential incompleteness of all science. *Studies in the philosophy of biology: Reduction and related problems*, 259-284.

Rodrigues, M. S. (2013). Epistemologia e Administração: (Um esboço de) reflexões e possibilidades. *Perspectivas contemporâneas*, 8(1).

Santos, B. D. S. (1989). Da dogmatização à desdogmatização da Ciência Moderna. *SANTOS, BS Introdução à Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 2-3.

Santos, B. S. (2006). *Um discurso sobre as ciências*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.

Trigo, L. G. G. (2011). Existencialismo: um enfoque cultural.

Vergara, S. C., & Vieira, M. M. F. (2005). Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 9, 103-119.

Vieira, M. M. F., & Zouain, D. M. (2004). Pesquisa qualitativa em administração. *Rio de Janeiro: FGV*, 13-28.